

# Mapeando a Contingência\*

Andreas Schedler

Tradução de Luiz Henrique Queriquelli

## Abstract

A ciência política, empenhada em descobrir as regularidades da vida política, tem dado pouca atenção às suas contingências. Como um primeiro passo em direção ao sistemático exame do papel casual desempenhado pela contingência na política, o presente artigo traça esse contorno conceitual, definindo a contingência como um “conceito radial” que envolve indeterminância, incerteza, e condicionalidade. Dada a natureza radicalmente abstrata da contingência, o artigo procede ao mapeamento de alguns de seus múltiplos referenciais: compromissos normativos, conceituais e práticos, fatos objetivos e subjetivos, relações casuais, atores e ações individuais, e eventos. Por fim, conclui-se com breves reflexões sobre estratégias políticas e analíticas de contenção da contingência.

---

\* Artigo preparado para apresentação na conferência em homenagem a Robert Dahl, “A Contingência no Estudo da Política”, Universidade de Yale, Departamento de Ciência Política, New Haven, CT, 3 e 4 de Dezembro de 2004. Uma versão revisada deste artigo será publicada em *Contingency in the Study of Politics*, editado por Ian Shapiro (Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2006, forthcoming). A tradução e publicação do presente texto foram autorizadas. © Andreas Schedler.

**Andreas Schedler**, Chefe do Departamento de Estudos Políticos do Centro de Investigação e Docência Econômicas – CIDE ([www.cide.edu](http://www.cide.edu)), do México. Email: [andreas.schedler@cide.edu](mailto:andreas.schedler@cide.edu)

**Luiz Henrique Queriquelli**, estudante de Ciências Sociais, integrante do Núcleo de Pesquisa Sociedade Ciência e Técnica - SOCITEC ([www.socitec.pro.br](http://www.socitec.pro.br)) vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [luizqueriquelli@yahoo.com.br](mailto:luizqueriquelli@yahoo.com.br)

Agradecimentos especiais a Andreas Schedler, que autorizou a tradução e publicação deste artigo, e a André Bianco ([amdreluiz@gmail.com](mailto:amdreluiz@gmail.com)), pelo obséquio de colaborar na revisão de sua tradução.

A ciência política, empenhada em descobrir as *regularidades* da vida política, tem dado pouca atenção às suas *contingências*. Como um primeiro passo em direção ao sistemático exame do papel casual desempenhado pela contingência na política, o presente artigo traça esse contorno conceitual. Depois de explorar alguns usos da contingência no debate público, define a contingência como um “conceito radial” que envolve indeterminância (mundos possíveis), incerteza (futuros abertos), e condicionalidade (justificações condicionais). Dada a natureza radicalmente abstrata da contingência, um conceito não ancorado nas concretas esferas empíricas, o artigo procede ao rascunho de um mapa através das múltiplas localizações da contingência: compromissos normativos, conceituais e práticos, fatos objetivos e subjetivos, relações casuais, atores e ações individuais, e eventos. Naturalmente, diferentes referenciais empíricos da contingência acarretam diferentes implicações tanto para a política quanto para o estudo da política. Olhando com mais atenção para eventos catastróficos, entendidos como instâncias paradigmáticas de contingência, o artigo conclui-se com breves reflexões sobre estratégias políticas e analíticas de contenção da contingência.

### Trilhando a Contingência

Evidentemente, um artigo sobre contingência é ele mesmo contingente na concepção de contingência que adota. Antes de começarmos a escrever tratados acadêmicos sobre a contingência, temos que responder a questão: O quê (por diabos) é contingência? Talvez, tomando posse dessa questão semântica (e tendo deixado isso me torturar durante as últimas semanas), esteja eu fazendo não mais do que expor minha incompetência lingüística como um falante não-nativo do Inglês. Apesar de tudo, logo descobri que pensar a contingência em línguas estrangeiras é de pouca relevância para o esclarecimento de certas questões. Em todas as vezes em que tentei explicar a amigos e familiares não-falantes do Inglês sobre o que trataria essa conferência, me senti como um débil mental. Como eu deveria ter sabido desde o início, *Kontingenz* no alemão não diz nada a usuários não-acadêmicos da língua (a não ser àqueles que por acaso tenham lido Niklas Luhmann em suas horas de lazer), e o mesmo vale para *contingencia* em Espanhol (exceto para aqueles que trabalham no corpo de bombeiros ou em estações sismográficas). Há pouco, conversando pessoalmente, recebi de algumas pessoas olhares estarecidos, e de outras, ao telefone, silêncios inquisidores. Contingência, ao que parece, se perde na tradução. Remete a uma noção de vago e distante

reconhecimento, uma ferramenta um tanto estranha que não tem nenhum uso real para os falantes.

“Todo adulto letrado pode usar a palavra ‘democracia’ corretamente numa sentença,” escreve William Keech num recente artigo, “mas não há consenso sobre seu significado, e provavelmente nunca haverá” (2004: 1). O problema com a contingência parece ser o inverso. Contando sobre os meus fracassos pessoais, vim a duvidar se “todo adulto letrado pode usar a palavra ‘contingência’ corretamente numa sentença.” Não obstante, permaneço confiante de que eventualmente (no curso desta conferência, por exemplo) podemos encontrar consensos sobre seu significado. Como questões semânticas são questões pragmáticas (desde a guinada lingüística da filosofia), alcançar consensos sobre “o significado de contingência” significa alcançar consensos sobre as coisas que queremos fazer com a noção de contingência (no estudo acadêmico da política). Porém, antes de decidir sobre nossa própria apropriação prática do conceito, pode ser útil checar o que outras pessoas fazem com ele na vida e linguagem ordinárias.

Para obter uma melhor compreensão dos usos corriqueiros do termo “contingência”, fiz uma rápida pesquisa no conteúdo de notícias do banco de dados LexisNexis. Os resultados sugerem que contingência é um fenômeno que aflige a juristas e planejadores de orçamento mais que a quaisquer outros. Quase quatro quintos das primeiras cinquenta ocorrências estão situados nas esferas da lei e do dinheiro.<sup>1</sup> Essa parcela das ocorrências se refere à contingência restrita ao plano das finanças públicas (“orçamentos de contingência” e “susceptibilidades<sup>2</sup> contingentes”), da remuneração dos serviços legais (“taxas de contingência” e “trabalho de contingência”), dos negócios de seguro (“comissões de contingência”) e das transações de bens imóveis (“contingência de financiamento” e “contingência de inspeção”). Orçamentos de contingência fazem provisões para despesas inesperadas, enquanto a contingência restrita ao plano das transações comerciais define certos eventos (como a vitória num processo jurídico) que devem ocorrer para pôr em prática certas obrigações contratuais (como o pagamento por serviços legais).

As demais ocorrências sobre “contingência” se referem a danos causados por catástrofes, sejam elas naturais ou sociais. Essas ocorrências aludem às agências

---

<sup>1</sup> *Lexis Nexis Academic*. Termo de pesquisa: contingência; data de pesquisa: 18 de Outubro de 2004; período abrangido pela pesquisa: os seis meses prévios. A procura no banco de dados pelo adjetivo “contingente” rende resultados semelhantes, entretanto com referências adicionais a “contingentes” números de soldados e pacifistas de todo o mundo.

<sup>2</sup> No original, em Inglês, *liabilities*. N. do T.

públicas ou privadas que “fazem planos para grandes e pequenos desastres.” A lista contingente de “situações de emergência não-planejadas e inesperadas” que devem ser tratadas com diligência, de acordo com a pesquisa de media impressa da LexisNexis, inclui ofensivas militares por forças estrangeiras, a transmissão de BSE<sup>3</sup> entre rebanhos europeus, inundações, deslizamentos de terra, e tufões, a perda de satélites vitais, o colapso da Autoridade Palestina assim como, nada surpreendentemente, “o espectro de terrorismo”.<sup>4</sup> O fio que liga essas referências à contingência é prontamente discernível: a contingência traz consigo a marca do acaso, da incerteza, da imprevisibilidade. Desastres não controlados podem nos causar danos inesperados<sup>5</sup>. Mesmo que possamos ser capazes de antecipá-los, nós não podemos nem prognosticá-los nem controlá-los.<sup>6</sup>

Todos esses usos da contingência nos diz sobre os agentes legais e burocráticos que tentam antecipar futuros possíveis que escapam de seu controle – possíveis derrotas, possíveis defeitos, possíveis desastres – através de um programa condicional. Se *x* acontece, faremos *y*. A administração da incerteza através do planejamento racional. Esses exemplos, entretanto, não esgotam a gama de significados da contingência; e eles meramente tocam na esfera da política. Deste modo, para tentar minha sorte e pleitear a pesca de maiores aplicações para a contingência, lancei minha rede no lago da seção de política da Amazon.com.

Como se mostra, enquanto contingências legais e burocráticas são distintas por sua ausência, a maior parte dos primeiros cinquenta livros (das mais de 4.000 ocorrências) que possuem o termo contingência em seus títulos (ou nos outros materiais de texto citados no Amazon.com) têm haver com segurança e contingências de política externa, assim como de guerra e terrorismo, inclusive a “dupla contingência de invasão

---

<sup>3</sup> Encefalopatia Espongiforme Bovina (Bovine Spongiform Encephalopathy): doença popularmente conhecida por “mal da vaca louca”. N. do T.

<sup>4</sup> As citações literais são de Joseph Goedert, “Disaster Contingency Plans: What Docs Need to Do,” *Newsline* 12/6 (Junho de 2004): 16; “Obasanjo Wants N2.5Bn Contingent Vote Restored,” *Africa News* (21 de Maio de 2004); e Michael J. Martínez, “With managers leaving town, Wall Street has contingencies in place,” *Business News* (27 de Agosto de 2004).

<sup>5</sup> No original, “out of the blue”. N. do T.

<sup>6</sup> De modo semelhante, uma rápida pesquisa na Internet através do Google.com nos leva, no mais das vezes, a webpages concernidas a controle de desastre (em torno das primeiras cinquenta primeiras ocorrências de um vertiginoso total de quatro milhões). As webpages ostentam nomes reveladores como [www.disasterplan.com](http://www.disasterplan.com), [www.contingencyplanning.com](http://www.contingencyplanning.com), [www.businesscontinuity.com](http://www.businesscontinuity.com), and [www.contingency-planning-disasterrecovery-guide.co.uk](http://www.contingency-planning-disasterrecovery-guide.co.uk).

externa em contenção interna” a qual os Documentos Federalistas desaconselham.<sup>7</sup> Alguns livros ainda discutem a contingência sob diferentes aspectos: ideológico, filosófico e conceitual. Seus títulos falam de contingência e ideologia socialista, contingência e mudança conceitual, a contingência do lugar-comum. A contingência (no singular) eles dizem que se refere à dissolução de certezas na ideologia contemporânea e no debate filosófico. Hoje, mesmo subsistindo comunidades de crenes, estes não admitem que suas particulares visões de mundo não são capazes de sustentar monopólios da verdade, tal qual reivindicavam. Ao invés de privilegiados detentores de necessidade histórica ou revelação divina, eles [os crenes] representam classes contingentes de convicções que competem contra outras classes contingentes de convicções.

### **Conceitualizando a Contingência**

Juntos, os três grandes contextos de uso da contingência que as explorações precedentes trouxeram à tona provêm os tijolos de construção básicos, que permitem trazer o conceito de contingência a uma visão integrada. O edifício abstrato da contingência, ao que parece, é construído sobre três colunas semânticas igualmente abstratas: indeterminância, incerteza, e condicionalidade. Como diferentes usos da contingência podem colocar diferentes ênfases nesses três pilares, a noção de contingência parece ser um “conceito radial” (Collier & Mahon 1993). Conceitos radiais não compartilham um cerne invariável, mas se assemelham a um bolo de aniversário que continuamos a reconhecermo-lo como tal mesmo se uma ou duas fatias estiverem faltando. Por vezes, em diferentes usos da contingência, nem todas suas três dimensões são apresentadas, e por vezes elas são apenas apresentadas de uma maneira implícita.

#### **Indeterminância: Isso Poderia Ser Diferente**

A noção negativa de indeterminância (a negação da determinância) aponta para a existência de distintos mundos possíveis junto do denominado mundo real. Uma simples frase descreve a essência indeterminada da contingência: As coisas poderiam ser diferentes. Poderiam ser o contrário no presente. Poderiam ser diferentes no passado. Poderiam mudar no futuro. Quando falamos sobre contingência, colocamos em debate

<sup>7</sup> Federalist Papers No. 7 (Madison, Hamilton, & Jay 1987: 112).

noções sobre a indeterminância: o que é, poderia não ser; e o que não é, poderia ser. Descrever algo como sendo contingente é pô-lo para fora do reino da necessidade. A contingência envolve a “exclusão da necessidade e da impossibilidade” (Luhmann 1987: 152). As reivindicações da contingência envolvem as reivindicações da “possibilidade objetiva” (Weber 1988). Elas mobilizam a noção de que “um mundo diferente é possível” (como o lema do Fórum Social Mundial prega). No fundo isso está de acordo com a indeterminância, a contingência é uma idéia profundamente moderna. Ela postula um mundo despojado de forças transcendentais. A realidade não é uma dádiva de Deus, mas uma combinada criação de homem, natureza e acaso. A contingência constrói dentro do empreendimento demiúrgico – nós podemos mudar as coisas – sem abraçar ilusões de onipotência – nós não podemos controlar tudo.

#### Incerteza: Quem É Que Sabe?

A indeterminância não é idêntica à incerteza. Na verdade, ela pode vir junto de graus altamente variados de incerteza. A incerteza pode ser radical, como em eventos contingentes que estão além do nosso controle e às vezes além mesmo da nossa compreensão: um ato de terrorismo, um ataque cardíaco aos vinte anos, um assassino andando ensandecido sozinho num supermercado. Mas a incerteza pode também ser bastante limitada, como em eventos contingentes cuja ocorrência é condicional em condições específicas – calculáveis –, como, por exemplo, o fato de a permissão de residência de um cidadão estrangeiro ser “contingente” em relação à capacidade dele de assegurar-se um emprego formal. Em outras palavras, a noção de contingência pode expressar a *não-estruturada* indeterminância de certos eventos: se  $y$  acontece, ou não, é uma questão de acaso. Isso também expressa, contudo, a *estruturada* indeterminância de certos desenlaces:  $y$  poderia ser diferente perante a condição de  $x$ .

Todavia, mesmo se eventos contingentes podem ir de mãos dadas com variáveis (ou poderíamos dizer “contingentes”) níveis de incertezas, as instâncias prototípicas da contingência trazem em si os sinais de incerteza, imprevisibilidade e acaso. Em seu verbete sobre “contingência”, o *Oxford English Dictionary* adequadamente enfatiza a qualidade ocasional da contingência “cega”. Ele associa a contingência com a indeterminância não-estruturada. Como declara sobrepondo formulações, no reino da contingência, as coisas são “susceptíveis a acontecerem ou não”, “abertas ao jogo do acaso, ou da livre vontade”, “sujeitas ao acaso e à mudança” “sem pré-ordenação”,

“livres da predeterminação da necessidade”. São uma questão de “acaso”, “casualidade”, “acidentalidade”, “fortuituosidade”, “incerteza”.<sup>8</sup>

Condicionalidade: Isso depende.

Os membros de uma comunidade política podem compartilhar a assunção genérica de que nenhum destino, nem vontade divina, nem imperativos sistêmicos globais provêm fontes de necessidade empírica. Eles podem concordar em princípio que realidades empíricas não são “fixas e dadas” mas abertas a mudanças e vulneráveis a acidentes. Entretanto, o mundo nunca está completamente aberto a mudanças e acidentes (exceto no caso de uma eventual destruição devido à guerra nuclear). Ao passo que contingentes são sempre coisas específicas, outras coisas não são. Além do mais, a contingência delas pode não ser uma questão de bom senso, mas um estado cujas condições temos que pôr em aberto e defender contra nossos críticos.

O contingente é contingente porque depende de condições contingentes. Dizer que  $y$  é contingente é dizer: isso depende. Especificar, num passo adiante, que  $y$  é contingente perante  $x$ , é nomear suas condições de indeterminância. É dizer: isso depende de  $x$ . Apenas alguns usos de contingência suportam uma estrutura condicional explícita (se  $x$ , então  $y$ ). Todavia, no fundo todos sempre carregam uma implícita noção de condicionalidade, uma idéia implícita das condições  $x$  que justifica conceber os fenômenos  $y$  como contingentes.<sup>9</sup>

Falar sobre contingência, portanto, requer uma operação conceitual (desenhar as fronteiras do contingente), e requer justificar essas fronteiras conceituais (através da indicação das condições da contingência). Temos que responder a questão: O que é algo contingente? E temos que responder a questão: Por que deveríamos considerar isso algo contingente? Devemos nos dispor a explicar as condições e fontes da contingência. Por que achamos que  $y$  poderia ser diferente? Por que achamos que  $y$  pode acontecer, ou não acontecer?

---

<sup>8</sup> “Contingency” (2nd edition 1989), *Oxford English Dictionary Online* (Oxford: Oxford University Press, 2004). [www.oed.com](http://www.oed.com).

<sup>9</sup> De fato, numa interessante mudança de significado, o substantivo “contingência” tende a enfatizar a natureza incerta de  $y$ , enquanto o adjetivo “contingente” tende a enfatizar a natureza condicional de  $y$ . Enquanto furacões e ataques terroristas são instâncias paradigmáticas de “contingências” incertas (empregando o substantivo), fenômenos que descrevemos como “contingentes” (empregando o adjetivo) geralmente representam particularmente eximidas e previsíveis conseqüências de particulares fatores causais eximidos e previsíveis.

Traçar a distinção entre fenômenos contingentes e não-contingentes pode ser um *juízo privado*, como a famosa expressão num poema de Reinhold Niebuhr: “Deus, conceda-me a serenidade para aceitar as coisas que não posso mudar, a coragem para mudar as coisas que posso, e a sabedoria para conhecer a diferença”. No reino da política, entretanto, traçar as fronteiras entre o contingente e o não-contingente é provavelmente uma questão de *contestação pública*. As reivindicações de contingência política que fazemos sempre podem adiante ser desafiadas por contra-reivindicações de determinância. Se nós declararmos que alguma coisa é contingente, outros podem responder afirmando sua “inevitabilidade, ‘naturalidade’, ou a funcionalidade dos desenlaces observados” (Pierson 2004: 20).

### **Mapeando a Contingência**

A contingência é uma propriedade abstrata (ou um feixe de propriedades) à qual podemos vincular quase qualquer tipo de fenômeno empírico. Não é uma variável. É a varinha de condão que transforma qualquer tipo de fenômeno em uma variável (indeterminada, incerta, condicional). Em lugar de se referir a uma circunscrita classe de casos, seus referenciais empíricos são radicalmente abertos. Compare a amplitude de contingência com a relativa pequenez de conceitos como paixão e violência. Ambos são abstrações que estão ancoradas em concretas esferas da realidade. Paixão é uma propriedade da subjetividade humana, violência é uma propriedade da ação humana (mesmo que possamos alargar o conceito e vinculá-lo a atos discursivos, estruturas sociais, e fenômenos naturais, também). Deste modo, se falamos sobre o papel da paixão na política, ou do papel da violência, sabemos para onde dirigir nosso olhar. Contingência é diferente. É um navio à deriva, uma abstração livremente flutuante sem um porto seguro. Ao invés de direcionar nossa atenção para esferas particulares de experiência, ela dispersa nossa atenção por abrir um vasto e mutante horizonte.

Nos tempos modernos (e talvez até mais nos tempos pós-modernos), a maior parte das coisas afigura-se contingente. Assim como nossos impérios religiosos da certeza e da necessidade têm entrado em colapso, nossos horizontes de possíveis possibilidades têm expandido. O homem e mulher modernos, parecidos com pacientes psiquiátricos que perderam sua confiança na solidez da vida cotidiana, não podem estar certos de nada. É como a loteria austríaca adverte: Tudo é possível. Marshall Berman chamou atenção para isso, dizendo ser a essencial “experiência da modernidade” – a

concomitante sensação de aflição e regozijo, de que “tudo que é sólido desmancha no ar” (Berman 1982). Mais adiante, no século 21, não existem mais coisas não-contingentes, nada é construído, nada é significado, para sempre. Por último, com o colapso das torres gêmeas, perdemos nosso senso de não-contingência.

Todavia, mesmo se (quase) tudo parece contingente (ou pode ser revertido numa consciência da contingência), nem tudo parece contingente pela mesma razão. Se desejamos entender o papel da contingência na política (assim como no estudo da política), devemos evitar colocar todas as expressões da contingência num simples reservatório conceitual. Na seqüência, distinguimos alguns tipos principais de contingência que descansam sobre divergentes referenciais empíricos e justificações teóricas. Sendo nosso mapa das contingências ele mesmo contingente de acordo com as conceitualizações prévias, esforçamo-nos em extraí-lo da base das categorias que formam grande parte do senso-comum dentro da linguagem das Ciências Sociais (para uma visão geral, veja a Tabela 1 no apêndice).

### Compromissos Normativos

Compromissos normativos podem apresentar várias camadas de não-contingência ou de contingência. Podemos invocar fontes transcendentais de certeza, e declarar serem não-contingentes as fundamentações elementares (ultimate foundations). Podemos aceitar a ilusão das fundamentações elementares em sociedades pós-transcendentais e pós-tradicionais, mas ainda adotar valores fundamentais (como a dignidade e igualdade humanas) como não-contingentes. Podemos entender narrativas gravadas ou códigos de regras e princípios escritos como não-contingentes (como a Bíblia, a Constituição dos EUA, ou a Declaração Universal de Direitos Humanos). Finalmente, podemos defender a interpretação e aplicação dos valores básicos e dos textos como sendo não-contingentes.

A atitude de conceber qualquer um dos degraus entre as fundamentações elementares e a concreta aplicação da norma como não-contingentes é útil no propósito de retirá-los da dúvida e da controvérsia. É útil no propósito de fechar ou abrir o debate público. O não-contingente é imune à mudança normativa, o contingente dá abertura para a contestação normativa. É freqüentemente dito que a linha divisória entre as formas de religiosidade “dogmáticas” e as “razoáveis” vigora entre aqueles que aceitam a contingência da aplicação da norma (o mais baixo nível de regulação normativa) e

aqueles que não aceitam. As grandes dificuldades da moderna filosofia política têm-se dado em construir e desconstruir as fundamentações elementares. Essas dificuldades sugerem, contudo, que “na realidade” todos os níveis são contingentes (no entanto podemos decidir por ignorar ou negar sua contingência, por boas ou más razões).

### Compromissos conceituais

Na ciência política, freqüentemente ouvimos pessoas concluírem inconclusíveis debates conceituais dizendo: “Não me interessa como chamamos as coisas. Rótulos não são importantes. Contanto que saibamos sobre o que estamos falando, as palavras que escolhermos não têm importância.” Tais combinadas expressões de frustração e indiferença frente a uma sufocante discussão conceitual, estão querendo dizer, de uma maneira sintética (utilizando o triangular conceito de conceitos de Odgen-Richards): Os elementos básicos dos conceitos são suas definições (intenção) e seus referentes (extensão). O primeiro delimita os atributos que temos em mente, o outro, os casos que queremos encobrir. Os nomes específicos (termos) que depositamos em nossos reservatórios conceituais são questões de escolha arbitrária. Por serem essencialmente irrelevantes para nosso empreendimento de descobrir regularidades empíricas no mundo objetivo, termos são contingentes.<sup>10</sup>

A convicção metodológica de que a linguagem não importa é herdeira de uma concepção pré-wittegensteiniana da linguagem na qual as palavras são apenas etiquetas arbitrárias que colamos em coisas pré-existentes no mundo objetivo. A linguagem não tem relevância substantiva por si própria, é um portador neutro, um espelho, uma vazia cesta para coletar discretos objetos que estão “lá fora”, no mundo objetivo. Porém, se substituirmos uma perspectiva “ingênua” por uma “pragmática” em relação à linguagem, conceitos não podem assemelhar-se a classificações contingentes inventadas, mas sim a portadores de reivindicações e compromissos contingentes (Brandom 2000).

Em nossas definições acadêmicas de conceitos, habitualmente distinguimos os atributos “necessários” dos conceitos de suas características “contingentes”. O cerne não-contingente do conceito consiste nessas essenciais reivindicações feitas por competentes e responsáveis membros de uma comunidade lingüística, comprometidos

<sup>10</sup> Sobre o Triângulo de Odgen-Richards (definição, referentes, termo), ver Sartori (1984) e (Gerring 2001: Capítulo 3). Sobre conceito de conceitos, ver Adcock (2002).

consigo mesmos quando utilizam o conceito (em certos contextos). Sua periferia contingente consiste nessas reivindicações variáveis que usuários razoáveis da linguagem podem legitimamente rejeitar ao utilizar o conceito (em certos contextos). Definir conceitos envolve, portanto, os compromissos que eles nos implicam. Claro que fronteiras precisas entre compromissos centrais e periféricos podem ser abertas à disputa. A política da linguagem, a peleja pública sobre o significado dos conceitos, é a peleja sobre as reivindicações que endossamos, ou recusamos a endossar, por empregar os conceitos sob a disputa.

### Compromissos Práticos

Contingências orçamentárias, pagamentos contingentes e outros tipos de “contingências” financeiras e legais fazem a efetividade de compromissos práticos  $y$  dependente da incerta realização de condições factuais  $x$ . Fundos de contingência provêm fundos em caso de emergências. Pagamentos de contingência antevêm honorários legais no caso de vitória em tribunal. Dada sua natureza regrada, tais compromissos contingentes são semelhantes a regras morais e legais em pelo menos três aspectos. Primeiro, apenas como regras morais e legais, eles pretendem governar o futuro estabelecendo relações condicionais. Se  $x$ , então  $y$ . Segundo, o nexos entre condições empíricas e conseqüências práticas é intencional, não causal. Terceiro, condições  $x$  podem ser contingentes, mas o nexos condicional por si só é não-contingente.

Em oposição a regras morais e legais, entretanto, regras de contingência não remetem a atores soberanos. Elas, pois, não informam sobre as conseqüências (recompensas ou sanções) de seus comportamentos futuros. Em grande parte, formulam respostas a eventos incertos que fogem do controle dos atores envolvidos. Regras que regulam o comportamento social estipulam: se você faz  $x$ , acontece-lhe  $y$ . Regras que regulam eventos contingentes estipulam: se  $x$  acontece, então fazemos  $y$ . Regras sociais são instrumentos de disciplina que formulamos para prevenir e punir comportamentos desviantes. Regras de contingência são esquemas de seguro que formulamos para nos proteger contra eventualidades futuras que não controlamos. Declarando contingentes nossos compromissos, evitamos atar nossas mãos a caminhos absolutos, independentemente das futuras surpresas.

## Fatos Objetivos

Os atributos do mundo objetivo que chamamos de contingentes são aqueles que julgamos ser suscetíveis à mudança. Fatos não contingentes são constantes por necessidade: todos os humanos são mortais. Fatos contingentes são sujeitos à variação: seres humanos podem morrer a qualquer momento. Enquanto nossa mortalidade não é contingente, o momento da nossa morte é. Para usar a bem conhecida metáfora de Karl Popper, fatos não contingentes são relógios “regulares, ordenados, e altamente previsíveis em seu comportamento”, enquanto fatos contingentes são *nuvens* cujo irregular “vai e vem” é “difícil de prever” (Popper 1979: 207-8).

Frente à dúvida, podemos defender reivindicações de contingência factual por um apontamento qualquer de *regularidades empíricas* ou conexões causais. Desde que reivindicações de não-contingência factual sejam generalizações descritivas, podemos desprover deles através da identificação de exceções empíricas: Nem todos os cisnes são brancos. Nem todos os professores sabem mais do que seus alunos. Nem todas as democracias proíbem assuntos religiosos na esfera política (Stepan 2000). Reivindicações de contingência factual podem enfrentar o desafio inverso: a negação de exceções empíricas. Por que você pensa que *y* pode ser diferente, se ele é o mesmo em todo lugar? Por que você pensa que a história deveria permitir uma exceção? A velha acusação para reformistas e revolucionários: Sempre foi deste modo!

Em adição a justificações descritivas, reivindicações de contingência podem clamar por *justificações causais*. Enquanto o anterior aponta para variações de fenômenos factuais, o posterior aponta para variações de fatores causais para dar apoio a reivindicações de contingência. Desse ponto de vista, a indeterminância de causas *x* determina a indeterminância de conseqüências *y*. Descrevemos *y* como contingente porque ele é contingente em variáveis causas *x*. Por exemplo, nossos resultados de pesquisa dependem de nossas práticas de pesquisa as quais dependem de nossas presunções ontológicas: “Aquilo que se descobre é contingente em relação àquilo que se procura, e aquilo que se procura é, de alguma maneira, contingente em relação àquilo que se espera descobrir.” (Gerring 2004, 351). Ou para citar dois exemplos de política comparativa: nas sociedades divididas, a eclosão de violência comunal é contingente em estruturas pré-existentes de relações comunais (Varshney 2002). Nas democracias presidenciais, a fragmentação de sistemas partidários é dependente de ciclos eleitorais

(Shugart & Carey 1992). Como fatores causais variam conforme os casos, desenlaces de interesses variam conforme os casos, também.

Dizer que algo é contingente, portanto, é dizer: Isso depende. É dizer: O fenômeno empírico  $y$  é variável / indeterminado / contingente porque *depende* de variáveis / indeterminados / contingentes fatores causais  $x$ . Contingência é igual à co-variação. Intrigantemente, na corrente metodologia da ciência social contemporânea, essa simples noção de co-variação provê a (ortodoxa e logo não-contingente) fundamentação da explicação causal.<sup>11</sup> Inescapavelmente, a observação científica de evidência co-variacional repousa sobre essa dupla afirmação de contingência factual – a relatada contingência de variáveis independentes e dependentes. Conseqüências  $y$  são variáveis, porque causas  $x$  são variáveis. O anterior dependente, o posterior independente. Nenhum deles é constante, ambos são (necessariamente) contingentes.

### Fatos Subjetivos

A noção de fatos subjetivos significa incluir preferências e percepções. Enquanto análises de escolha racional de tomada de decisão política tendem a tomar os “desejos” e “crenças” dos atores como fixas e dadas (não-contingentes), a literatura sobre formação de preferências e da origem de crenças os concebe como endógenos e abertos à mudança (contingentes). Junto ao continuum de concepções não contingentes versus concepções contingentes de fatos subjetivos, a noção de Niklas Luhmann de “dupla contingência” ocupa o pólo oposto à idéia de exógeno, pré-estabelecidas preferências e percepções. A “dupla contingência” da interação social é um jogo de expectativas circulares: O que eu faço depende do que eu espero que você faça; e o que você faz depende do que você me espera fazer; e ambos sabemos sobre nossa mútua dependência, e sabemos que sabemos. Na ausência de história e instituições sociais, a radical contingência de expectativas circulares é ligada à interação social frustrada (ver Luhmann 1987: Capítulo 3).

### Relações Causais

<sup>11</sup> “Toda evidência empírica de relações causais é covariacional por natureza” (Gerring 2004: 342). Sobre a observação externa de evidência covariacional versus a crítica interna da reivindicação racional (considerando a tomada de decisão judicial), ver Schedler (2004).

Nas Ciências Sociais, nossas explicações diferem amplamente no escopo. Algumas são universais (capazes de explicar todos os casos relevantes), outras são pontuais (capazes de explicar apenas um caso relevante); a maior parte fica entre uma coisa e outra. Geralmente, variáveis causais não agem na isolação, mas na interação. O papel explicativo delas depende da presença ou ausência de variáveis intervenientes que modificam (diminuindo, aumentando, ou invertendo) seu impacto causal. Se democracias sobrevivem a tempos críticos depende das dinâmicas de polarização da elite (Bermeo 2003). Se sistemas eleitorais majoritários produzem uma competição eleitoral bipolar depende da preferência das estruturas de candidatos e eleitores (Cox 1987). Se heterogeneidade étnica converte-se em violência depende de escolhas estratégicas feitas por empresários nacionalistas (Snyder 2000). Podemos descrever tais condicionais, não-universais explicações como “generalizações contingentes” (Tetlock & Belkin 1996: 30). A noção de contingência aqui é útil para especificar conexões causais. Ela explica que efeitos causais não são invariantes, mas dependentes do contexto.

#### Atores Individuais

Nenhum debate provê testemunho mais vívido do golfo que separa o mundo acadêmico da ciência política do dito mundo real da política que a contrastante assunção que entretêm sobre a natureza dos atores políticos. Esforçando-se para obter percepções gerais dos trabalhos políticos em diferentes contextos estruturais e institucionais, estudantes de política tendem a operar na assunção de homogeneidade motivacional: de todos os atores espera-se que se comportem de modos semelhantes sob condições semelhantes.

Operadores de política, em contraste, tendem a assumir que poucas coisas têm mais importância para desenlaces políticos que a identidade de tomadores de decisões individuais. Para eles, atores políticos não são fungíveis. Muito pelo contrário, eles são os únicos portadores de perfis ideológicos, capacidades intelectuais, habilidades comunicativas, compromissos morais, força motivacional, aversão a risco, e inteligência emocional. Em conseqüência, as regras e instituições que regulam o acesso ao poder político (como eleições democráticas) são centrais para a política. Cientistas políticos, entretanto, tendem a analisá-los primariamente como sistemas de incentivo, enquanto

operadores políticos tendem a concebê-los primariamente como dispositivos de seleção (ver também Brennan 1996).

Em suma, enquanto atores políticos assumem ser contingentes as qualidades pessoais dos atores individuais, cientistas políticos os tratam como não-contingentes. Num nível superficial, que isso assume, atores políticos podem parecer diferentes, mas num nível profundo de motivações fundamentais, todos são similares. Como resultado, a ciência política é fundamentalmente incapaz de incorporar as qualidades contingentes de produtores de decisões individuais às suas teorias, exceto através de vagas muletas conceituais como “carisma” e “liderança”.

É, portanto, com grande suspeita que os estudantes tendem a receber a idéia de que processos históricos particulares podem ter diferentes desfechos, dependendo das qualidades contingentes dos protagonistas políticos. Dentro da comunidade da ciência política, um julgamento contrafactual, como a afirmação de Fareed Zakaria de que a derrota do golpe comunista de Agosto de 1990 na antiga USSR foi contingente na “extraordinária coragem” e “uma dádiva para o teatro político” apresentado por Boris Yeltsin (Zakaria 2003: 89), é provável que seja considerada típica de um jornalista, mas de certa forma indigna de um cientista político. Se a idéia de atores heterogêneos constitui uma ilusão de ótica, a atribuição de desenlaces políticos a qualidades contingentes de atores individuais constitui uma ilusão causal.

Se a ciência política trata os atores como constantes e seus ambientes estruturais e institucionais como variáveis, esportes profissionais podem nos dar uma idéia de como os estudos de política podem parecer sob a assunção inversa. Esportes profissionais contemporâneos assemelham-se à ciência política quantitativa em seu profundo entusiasmo por descrições numéricas. Lado a lado com o estado moderno, o capitalismo moderno e a ciência moderna, esportes profissionais estão entre os maiores produtores de dados quantitativos no mundo contemporâneo. O futebol profissional, por exemplo, é um cemitério vivo de estatísticas descritivas sobre todas as coisas: número de gols, cronometragem de gols, chutes ao gol, posse de bola ativa e passiva, escanteios, pênaltis, impedimentos, faltas, cartões amarelos e vermelhos ... tudo e um pouco mais, computado por jogador, por time, por competição, por temporada, e tudo sobre a história registrada do futebol.

Sendo os jogos de futebol (temporalmente e socialmente) ilhados episódios de competição atlética nos quais as regras mostram-se constantes, enquanto os jogadores variam, as estatísticas de futebol, diferentemente das estatísticas de ciência política, não

aferem variáveis estruturais ou institucionais. Ao contrário, elas ligam dados processuais (suas variáveis dependentes) com a informação sobre a identidade dos jogadores e times de jogadores (suas variáveis independentes). Se processos legislativos fossem igualmente exercícios ilhados de competição esportiva, poderíamos fazer análises similares: gravar os detalhes do debate legislativo, registrar seus desfechos finais, e explicá-los pelas habilidades retóricas dos protagonistas no palco (legisladores e partidos). Mudando o locus de contingência empírica dos ambientes para os atores, estaríamos mudando o locus de nossas explanações teóricas.

### Ação Individual

Sob a premissa de liberdade humana, todas as ações humanas são contingentes. Exceto em casos de síndromes psiquiátricas de comportamento compulsivo que envolve uma perda radical da soberania do indivíduo, podemos sempre agir diferentemente. Podemos votar, ou nos abster. Podemos correr, ou ver a morte de perto. Podemos pintar nosso cabelo de azul, ou rapá-lo completamente. Podemos demonstrar compaixão pelo pobre, ou indiferença. Podemos condenar a violência política, ou desculpá-la. Podemos emagrecer, ou engordar a nós mesmos. Podemos buscar um amor redentor, ou um conselho psicoterapêutico. Podemos contemplar nosso umbigo, ou o futuro do Oriente Médio. Podemos praticar pintura de paisagens, ou a arte de autopiedade. Podemos livrarmo-nos de nossos guilhões, ou fugir da liberdade. Et cetera.

Todavia, mesmo se (quase) tudo que fazemos é contingente, nem tudo que fazemos é incerto e imprevisível. Decisões humanas podem ter elementos de ocasionalidade, mas usualmente não concebemos atores como loterias de decisão. Tentamos explicar suas ações por entendê-los.<sup>12</sup> Podemos então fazê-lo manipulando quatro amplos conceitos: paixões, razões, rotinas e ideologias. *Paixões* são intensas preferências individuais que tendem a conflitar com e a prevalecer sobre as demandas de racionalidade. São razões que pessoas razoáveis não estão dispostas a aceitar como motivos legítimos de ação. *Razões*, por contraste, são justificações que pessoas razoáveis estão dispostas a aceitar como moedas francas na permuta e exame de argumentos. *Rotinas* são regularidades auto-reprodutivas que não requerem justificação racional para seu contínuo sustento. *Ideologias*, finalmente, são justificações para a

<sup>12</sup> A referência é, claro, a Max Weber: Explicamos a ação social por entendê-la (ver, por exemplo, Weber 1985:1).

ação, imunes à deliberação, isto é, à mudança através de deliberação. Enquanto reivindicam ser razoáveis, suspendem-se a si mesmas da necessidade de justificação racional.

Paixões são consideradas fontes de desordem; razões e rotinas, fontes de ordem. Paixões repousam no pólo extremo de contingência como indeterminância, rotinas e ideologias no outro extremo de não-contingência como previsibilidade. Assumindo que a escolha racional (porém concebida) não é de todo modo completamente determinada (Hardin 1992), o meio campo da motivação racional constitui o privilegiado terreno das ciências sociais. Nessa perspectiva, o movimento da paixão para a razão aumenta a previsibilidade, enquanto o movimento das rotinas e ideologias para a racionalidade diminui a previsibilidade. Dependendo do ponto de partida, a “racionalização” da política pode assim representar um movimento para menor ou maior contingência.

O conceito de Margaret Levi de “consentimento contingente” para mencionar um exemplo proeminente, baseia-se na distinção entre ideologias previsíveis e racionalidade contingente. Enquanto atitudes “ideológicas” em relação ao alistamento militar não representam resignação em face a circunstâncias externas, o “consentimento contingente” dos cidadãos [ao alistamento] depende da probidade governamental e da justiça das regras e práticas de recrutamento (Levi 1997). Mudanças seculares no partidarismo exemplificam uma lenta transição da não-contingência ideológica para a contingência racional: Nas democracias européias ocidentais, lealdades de partidos tradicionais têm definhado nas últimas décadas. Eleitores cativos direcionaram eleitores flutuantes que, separados de longevas identidades sociais e políticas, ficaram “disponíveis” ao apego racional (como também ao apego irracional). Como resultado, o apoio do cidadão a partidos políticos se tornou “contingente” (Webb 2004: 28). Por converterem-se de estáveis ideologias para o cálculo racional, os eleitores injetaram novas “contingências” no mercado eleitoral.

### Eventos Catastróficos

O paradigma da contingência, aquele que faz sentido a leigos alheios a firmas de lei e departamentos de filosofia, é a catástrofe natural – o furacão, o terremoto, o dilúvio – ou qualquer outro tipo de evento catastrófico – o assassinato do primeiro ministro, o maníaco da auto-estrada, a eclosão de doenças contagiosas, a queda da ponte sobre o

Danúbio, invasão estrangeira. Essa categoria de contingências catastróficas difere em vários aspectos dos nossos tipos precedentes de contingência.

(a) *Eventos*. As referências empíricas de contingências catastróficas não são variáveis, mas eventos. Variáveis são fatores abertos à mudança, eventos são episódios de mudança atual. Mais que isso, são episódios de rápida e profunda mudança. De acordo com a recente definição oferecida por John Gerring, um evento representa “uma instância de substancial e relativamente rápida mudança numa independente ou dependente variável de interesse teórico” (2004: 351). Em adição a variáveis de interesse teórico, podemos escolher incluir variáveis de interesse prático, também. Por exemplo, a identidade do ministro estrangeiro morto por um assassino solitário pode não ser uma variável de interesse teórico para cientistas políticos, mas uma de profundo interesse prático para atores políticos. Enquanto variáveis são os fatores que juntos possuem equilíbrio, eventos são as “pontuações” que podem tirar o equilíbrio (Krasner 1984).

(b) *Eventos futuros*. Contrapor-se a eventos contingentes significa contrapor-se ao futuro. Eventos contingentes são contingentes (indeterminados e incertos) por poderem ou não acontecer no futuro. O passado é uma fonte de certezas: sabemos o que aconteceu em dados tempos e lugares. O futuro é o órfão de mãe da incerteza: y pode acontecer ou não. Mesmo quando analisamos contingências passadas, as analisamos a partir do ponto de vista dos “futuros passados” (Koselleck 1989); os cálculos prospectivos dos atores habitam o passado histórico.

(c) *Efeitos negativos*. Os objetos de “planejamentos de contingência” burocráticos e políticos não são eventos neutros, e tanto menos, eventos agradáveis. Planejar para o dia em que faturarmos na loteria não conta como um “planejamento de contingência”, mas como um devaneio. Contingências são eventos que acarretam claras, freqüentemente dramáticas, conseqüências negativas. Não são motivos de celebração, mas de lamentação. São os “grandes e pequenos desastres” de cujo acontecimento desejamos nos prevenir, ou se não pudermos, abrandar suas conseqüências perigosas.

(d) *Causas externas*. Enquanto formulações condicionais (se  $x$ , então  $y$ ) jazem no coração da maioria das outras formas de contingência, a contingência catastrófica dispensa condicionalidade. Em lugar de descrever efeitos contingentes como dependentes de causas contingentes, ou atos contingentes como dependentes de razões contingentes, ela descreve a irrupção de forças exógenas que rompem o recíproco ordenamento de variáveis independentes e dependentes. Podemos entender os

encadeamentos causais que levam a catástrofes naturais, mas não podemos controlá-los. Não podemos intervir nas catástrofes e preveni-las a partir da formação. Contingências são choques externos. Sua indeterminância não é epistêmica (causas desconhecidas), mas prática (causas exógenas).

(e) *Eventos improváveis*. Eventos contingentes são incertos: podem ou não acontecer; e são indeterminados: não sabemos contra quem irão investir, nem quando e onde (indeterminância social, temporal e espacial). O que os distingue de outras contingências, entretanto, não é nenhuma de suas incertezas ou indeterminâncias, mas sua improbabilidade. Eventos contingentes são eventos improváveis. No fluxo contínuo de normalidade, eventos contingentes isolam-se como raras e anormais ocorrências, como “inusuais” e “inesperados” (Gerring 2001: 145). Eles não investem contra nós muito frequentemente (dependendo de quando o fazem, podem nos abater). Contingência é a exceção à regra, o acidente que interrompe o fluxo da rotina, a coisa que acontece contra as nossas expectativas, contra as nossas melhores estimativas. Contingência é o que arruína nosso dia, nossos esquemas de investimento, nossos planos de casamento, nossa despreocupada contemplação do jogo de futebol pelo rádio deste final de semana. Lola, a heroína no filme *Corra Lola Corra* (Tom Tykwer, 1999), é a Rainha da Contingência. Sempre pontual, ela se atrasa uma vez, e provoca um vertiginoso encadeamento de eventos.

Eventos são criaturas multifacetadas. Para ordenar o universo de eventos contingentes, algumas distinções adicionais podem ser úteis. Para começar, em alguns casos, sabemos da distribuição de frequência dos eventos em consideração, o que nos possibilita estimar a probabilidade de sua ocorrência (pelo tempo, espaço ou grupos). Podemos falar de eventos *estocásticos*. Sabemos que o acontecimento de  $y$  é certo através de probabilidades calculáveis, porém não podemos prever nem sua ocorrência efetiva nem seu tempo concreto e trajetória. Por exemplo: a formação de furacões por ano na base caribenha.

Em outros casos, nem mesmo podemos saber da distribuição de frequência de certos eventos, que nos previne de vincular valores probabilísticos às suas ocorrências. Podemos falar de eventos *caóticos*. Sabemos em princípio que  $y$  pode acontecer, mas não temos idéia da frequência com que isso acontece. Por exemplo: um galho caindo de uma árvore, batendo em sua cabeça, e lhe matando, enquanto caminha pelos Champs Elysées em Paris, poucos dias depois de escapar do Nacional Socialismo (como aconteceu com escritor austríaco Ödön Von Horváth em 1938).

A rara e inusual qualidade de eventos contingentes podem nos precaver ao antecipá-los (fracassos de previsão). Bem como pode nos precaver de tomar uma ação preventiva (fracassos de precaução). Nossas limitações de previsão podem concernir em eventos *imprevisíveis*, os quais não poderíamos ter antecipado razoavelmente, ou eventos *imprevistos*, os quais poderíamos ter antecipado, mas não o fizemos. Um exemplo possível de previsão impossível: A iminente conversa do Presidente George W. Bush com o Islã. Um exemplo de previsão falhada: O assassinato do diretor de cinema Theo van Gogh nas ruas de Amsterdã em novembro de 2004.

Nossos fracassos de ação preventiva bem podem estar agrupados em duas categorias. Nossa indiferença prática pode ser motivada tanto estatisticamente quanto estruturalmente. No caso de *indiferença estatisticamente motivada*, sabemos que *y* pode acontecer, mas é improvável que aconteça, dada sua distribuição estatística de frequência. Por exemplo: pegar um resfriado no meio de Julho.<sup>13</sup> Por razões pragmáticas, confiamos em nossa sorte, descartamos as chances de *y* acontecer, e decidimos opor-nos à tomada de medidas precatórias. No caso de *indiferença estruturalmente motivada*, sabemos que *y* pode acontecer, mas é improvável que assim seja, dadas suas causas sistemáticas. Por exemplo: o desdobramento de um golpe militar numa democracia consolidada. Por razões pragmáticas, confiamos em nosso julgamento, descartamos as chances de *y* acontecer, e decidimos opor-nos à tomada de medidas precatórias.

### Contendo a Contingência Política

O precedente inventário de coisas contingentes não está completo. Não falamos nada, por exemplo, sobre as contingências de atores coletivos e ação coletiva. Contudo, se não houver nada mais além disso, e mesmo se contiverem alguns espaços em branco, nosso mapa ainda carrega uma tosca idéia dos múltiplos lugares habitados pela contingência. Os diferentes tipos de contingência que vimos mapeando acarretam diferentes implicações tanto para a política quanto para o estudo de política. Aqui, gostaríamos de oferecer apenas um apanhado de pensamentos preliminares sobre a expressão paradigmática de contingência, a contingência de “grandes e pequenos desastres”. Nessa

<sup>13</sup> Ressalte-se que este texto foi primariamente apresentado nos EUA, país localizado no Hemisfério Norte, onde o verão acontece em Julho.

seção, tangerei a administração prática de contingência política, e em seqüência, a administração escolar de contingência teórica.

Em face de possíveis contingências catastróficas, atores políticos se esforçarão em contê-las através do aperfeiçoamento da previsão, ação preventiva, controle do perigo, e esquemas de seguro. Fontes específicas de contingência demandarão estratégias particulares de contenção. Uma técnica geral para contenção da contingência, no entanto, reside na concentração de poder: o detentor do poder tenta manter o controle o quanto puder a fim de prevenir o surgimento de contingências. O ditador chileno General Augusto Pinochet (1973-89) estendeu suas aspirações de controle até mesmo aos processos naturais: “Nenhuma folha cai de uma árvore sem o meu conhecimento.” Se tudo está sob controle (como os políticos gostam de dizer), não podem surgir contingências. Contingências são as filhas do poder limitado. Elas constituem choques externos porque suas causas fogem do alcance de detentores do poder em voga. O Deus Todo-Poderoso não sofre de quaisquer contingências. Ela não se apresenta em um ambiente que fica além de seu controle.

Esforços para conter a contingência através da concentração de poder envolvem dois importantes paradoxos, no entanto. Primeiro, controle centralizado pode proteger da contingência os detentores de poder, mas só ao preço de expor seus assuntos à contingência. Decisões arbitrárias ao topo da pirâmide são experienciadas em sua base como eventos contingentes. A invasão do Afeganistão em fins de 2001 por uma coalizão militar conduzida pelos EUA pode ter servido para controlar a contingência de ataques terroristas patrocinados por partidários do regime Talibã, mas apenas ao preço, por exemplo, de expor os ocasionais convidados de casamento à contingência de errôneos ataques de mísseis.

Segundo, a concentração de poder pode atuar como dispositivo preventivo, mas é provável que falhe como uma estratégia de controle de perigo. Quanto mais poder concentramos nos centros de poder, mais vulneráveis são esses centros aos caprichos da contingência. Ditaduras pessoais exemplificam claramente a permuta entre controle e vulnerabilidade. Ditadores pessoais podem ter (a ilusão de ter) tudo sob controle. Como silenciam e aprisionam seus críticos, os compram ou os mandam ao exílio, espancam ou os matam, eles podem se sentir seguros. Podem achatar a paisagem política, limpando a esfera pública a partir do dissenso de vozes, erradicando nichos de resistência. Entretanto, se a rebelião ocorre, seu castelo de cartas cai no mesmo dia em que cai a guilhotina.

## Contendo a Contingência Analítica

Assim como os atores políticos podem administrar a contingência política de diversas maneiras, os estudantes enfrentam um vasto menu de opções no controle da contingência dentro do estudo de política. Nossas opções fundamentais, contudo, são três. Podemos *ignorar* a contingência em nosso esforço para elaborar explicações gerais, e permanecer indiferentes pela eventualidade dos eventos contingentes. Podemos *admitir* a relevância causal da contingência, por exemplo, prestando atenção em termos errados em nossas equações de regressão, comedindo o incidente de “choques externos” em análises de grande abrangência (large-N analyses), estudando crises políticas e “conjunturas críticas” (Collier & Collier 1991), ou examinando ímpares configurações de variáveis (Ragin 1987).

Finalmente, podemos *conter* a contingência da política, especialmente através do recurso alquímico da explicação racional, isto é, por incorporação aparentemente não-estruturada, incompreensível, ou decisões aleatórias no reino inteligível da racionalidade. A decifração de desenvolvimentos contingentes como o resultado de decisões racionais representam talvez a mais proeminente estratégia de contensão da contingência teórica. Aqui, porém, gostaria de chamar a atenção para uma alternativa metodológica importante: subir a escada da abstração.

Quanto mais de perto olhamos para o mundo, mais contingente ele parece. Durante um dia de vida normal, freqüentemente administramos um inumerável número de contingências: Meu despertador falha em tocar; minha cabeça dói pelo excessivo consumo de leite na noite passada; achando que goteja água do chuveiro, encontro o pote de xampu vazio; não consigo encontrar minha gravata Speedy Gonzalez, a única e inigualável; o leite ferve além do que devia; considero a alternativa entre cantoria catártica e colapso nervoso. Tais ínfimas contingências moldam o ritmo de nossas vidas, são a matéria das nossas conversas de fim de dia, pontuam nossas rotinas sem perturbá-las. Elas podem ser profundamente irritantes (no momento), ao mesmo tempo em que são fundamentalmente irrelevantes (no decorrer). Referimo-nos a elas como “as contingências do dia-a-dia” ou em nossa esfera de estudo, “as contingências da política.”

Os mesmos fenômenos, olhados a uma distância, se são visíveis por inteiro, parecem triviais, inconseqüentes, sem porquê de serem lembrados. Considere,

novamente, a esfera dos esportes. Toda a excitação dos jogos esportivos deriva de sua grande contingência. Conhecemos as regras, conhecemos os jogadores, mas o jogo em si está aberto. Nem o seu desenvolvimento concreto nem, é claro, seu desfecho estão predeterminados. Citando novamente *Corra Lola Corra*: O filme abre sua lancinante concatenação de contingências fatais com uma referência metafórica ao futebol, deixada por um oficial de polícia, impotente agente da ordem: “A bola está rolando. O jogo dura 90 minutos. Isso é tudo o que sei. Qualquer coisa além disso é pura teoria.” Ou seja: Aqui estão as regras, o resto escapa à teoria. O desenvolvimento do jogo por si só transcende nossas capacidades previdenciais. É uma questão de inteligência estratégica, virtuosidade individual, coordenação precisa, resistência física, tranqüilidade mental, e paixão coletiva – mais uma dose de acaso e coincidência, de boa e má sorte.

Contudo, se subimos num helicóptero e olhamos o estádio da perspectiva de um pássaro, as contingências do jogo saem do nosso campo de vista. O estádio em si bem parece não-contingente, assim como a regularidade empírica da qual as partidas de futebol tomam parte em todos os domingos dentro daquele estádio, na presença de multidões maiores ou menores, a regozijar ou gritar. Nós, estudantes de política, tendemos a adotar semelhante perspectiva aérea. Indiferentes à “contingência da política”, esforçamo-nos em decifrar sua estrutura lógica. Não estamos interessados em jogos políticos – mas em suas origens, seus desenlaces, sua evolução no tempo, sua estrutura institucional, seus mecanismos de resolução de disputa, suas bases materiais e culturais, suas conseqüências. Nossa paixão pertence, estejamos onde estivermos, a estatísticas de jogos. O próprio jogo nós metemos numa caixa preta metodológica.

Como em toda caixa preta há uma caixa branca se esforçando para sair,<sup>14</sup> cientistas políticos costumam tentar lançar a luz para dentro da caixa preta da política, assistindo a jogos políticos de maneira muito similar àquela que assistimos aos jogos esportivos. Numa linguagem que pode ou não ser próxima à linguagem de torcedores e atletas, eles nos entregam narrativas de qualidade dramática – reconstroem seqüências de ação decisivas, ampliam momentos excitantes, retomam tempos de inatividade, celebram sucesso e derrota. Reportam a respeito de planos estratégicos e jogadas táticas, a respeito das virtuosidades e falhas dos times e jogadores, da justiça e do acaso, de oportunidades aproveitadas e desperdiçadas.

<sup>14</sup> Estou parafraseando Ranulph Glaville (1982), com apologias à inversão dos números e papéis de caixas escapistas.

Jornalistas vêem a política dessa maneira. Recontam a política a partir da perspectiva da política, a partir de uma distância curta e de um curto horizonte de tempo. Estudos rurais em políticas comparativas às vezes adotam tal perspectiva próxima à política, também. Isso os faz vulneráveis a terem que suportar o fardo de estarem presos às contingências da política, e os leva a perder suas distinções vis-à-vis para o jornalismo. A receita mais segura para evitar vir a ser absorvido pela excitação das contingências políticas é manter a caixa preta selada e separar nós mesmos do jogo da política.

Podemos nos distanciar no tempo voltando nossa atenção das causas próximas para aquelas distantes (Kitschelt 2002). Ao invés de explicar os escores de jogos através da dinâmica de jogos, podemos, por exemplo, procurar por fatores culturais ou sócio-econômicos que expliquem a performance de indivíduos e clubes. Podemos redefinir nossas variáveis explicativas voltando nossa atenção de processos micro para desenlaces de nível meso. Mais que descrever e explicar a dinâmica dos jogos de futebol individuais, por exemplo, podemos nos esforçar para explicar a frequência de jogos de futebol ao longo do tempo e do espaço após o final da Guerra Fria. Em suma, se queremos ficar longe de aborrecimentos devidos à contingência, temos que subir a escada da abstração: o quanto mais subirmos, menos seremos perturbados por eventos contingentes. A não ser que um meteorito caia na terra e destrua nossa escada canhestra (wooden ladder).

## Conclusão

Agora que temos um mapa da contingência, o que fazer com isso? Até que ponto deveríamos ir, na tarefa de estudar o papel da contingência na vida política? Em nossas reflexões precedentes sobre compromissos de contingência práticos e analíticos, limitamos nossa atenção para (mais ou menos catastróficos) eventos contingentes. Evidentemente, tais eventos constituem a mais distintiva categoria de contingências. Contingências na forma de choques externos, acidentes, desastres e coincidências infelizes parecem representar representações paradigmáticas de contingência: os exemplos mais claros do que associamos com a idéia de contingência na linguagem corriqueira.

Examinando as modalidades de eventos contingentes, sua incidência, suas fontes, seu tratamento prático e discursivo, bem como suas conseqüências, vimos que

prometem constituir uma agenda de pesquisa atrativa. Colocado aparte do estudo de outros atos e fatos afligidos pela contingência, o estudo de contingências “catastróficas” nos levaria para um terreno ainda pouco pesquisado. Um de seus maiores desafios estaria no reino da inferência causal. Como podemos traçar a relevância causal de eventos contingentes? Ao começarmos a arrumar as malas para essa missão explanatória, podemos levar conosco uma simples, porém básica, elucubração tida há muito tempo pelo escritor suíço Max Frisch: “Acontecem-nos esses eventos do acaso, aos quais estamos abertos.”<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> “Es passieren uns die Zufälle, für die wir offen sind.” [referência]

## Referências

Berman, Marshall (1982), *All That is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity* (New York: Penguin).

Bermeo, Nancy (2003), *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Breakdown of Democracy* (Princeton and Oxford: Princeton University Press).

Brandom, Robert B. (2000), *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism* (Cambridge, Mass., and London: Harvard University Press).

Brennan, Geoffrey (1996), “Selection and the Currency of Reward,” *The Theory of Institutional Design*, ed. Robert E. Goodin (Cambridge, UK: Cambridge University Press), pp. 256–75.

Collier, Ruth Berins and David Collier (1991), *Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America* (Princeton, NJ: Princeton University Press).

Collier, David and James E. Mahon (1993), “Conceptual ‘Stretching’ Revisited: Adapting Categories in Comparative Analysis,” *American Political Science Review* 87/4 (December): 845–55.

Cox, Gary (1997), *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World’s Electoral Systems* (Cambridge, UK: Cambridge University Press).

Dahl, Robert A. (1971), *Polyarchy: Participation and Opposition* (New Haven and London: Yale University Press).

Gerring, John (2004), “What Is a Case Study and What Is It Good for?” *American Political Science Review* 98/2 (May): 341–54.

——— (2001), *Social Science Methodology: A Criterial Framework* (Cambridge, UK: Cambridge University Press).

- Glanville, Ranulph (1982), “Inside Every White Box There Are Two Black Boxes Trying to Get Out,” *Behavioral Science* 27: 1–11.
- Hardin, Russell (1992), “Determinacy and Rational Choice,” *Rational Interaction: Essays in Honor of John C. Harsanyi*, ed. Reinhard Selten (Berlin: Springer), pp. 191–@@.
- Keech, William R. (2004), “How Democratic Is Bangladesh?” (Pittsburgh, PA: Carnegie Mellon University, Department of Social and Decision Sciences), unpublished typescript.
- Kitschelt, Herbert (2002), “Accounting for Postcommunist Regime Diversity: What Counts as a Good Cause?” (Durham, NC: Duke University), unpublished typescript.
- Koselleck, Reinhart (1989), *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten* (Frankfurt am Main: Suhrkamp).
- Krasner, Stephen (1984), “Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics,” *Comparative Politics* 16/2: 223–46.
- Levi, Margaret (1997), *Consent, Dissent, and Patriotism* (Cambridge, UK: Cambridge University Press).
- Luhmann, Niklas (1987), *Soziale Systeme: Grundriß einer allgemeinen Theorie* (Frankfurt am Main: Suhrkamp).
- Madison, James, Alexander Hamilton, and John Jay (1987), *The Federalist Papers* (London: Penguin, orig. 1788).
- Pierson, Paul (2004), *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis* (Princeton and Oxford: Princeton University Press).

- Popper, Karl R. (1979), *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach* (Oxford: Clarendon Press).
- Ragin, Charles C. (1987), *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies* (Berkeley: University of California Press).
- Sartori, Giovanni (1984), "Guidelines for Concept Analysis," *Social Science Concepts: A Systematic Analysis*, ed. Giovanni Sartori (Beverly Hills: Sage Publications), pp. 15–85.
- Schedler, Andreas (2004), "Arguing and Observing: Internal and External Critiques of Judicial Impartiality," *Journal of Political Philosophy* 12/3 (September): 245–65.
- Shugart, Matthew Soberg and John M. Carey (1992), *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics* (Cambridge, UK: Cambridge University Press).
- Snyder, Jack (2000), *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict* (New York and London: W.W. Norton).
- Stepan, Alfred (2000), "Religion, Democracy, and the 'Twin Tolerations'," *Journal of Democracy* 11/4 (October): 37–57.
- Tetlock, Philip E. and Aaron Belkin (1996), "Counterfactual Thought Experiments in World Politics: Logical, Methodological, and Psychological Perspectives," *Counterfactual Thought Experiments in World Politics: Logical, Methodological, and Psychological Perspectives*, eds. Philip E. Tetlock and Aaron Belkin (Princeton, NJ: Princeton University Press), pp. 1–38.
- Varshney, Ashutosh (2002), *Ethnic Conflict and Civil Life: Hindus and Muslims in India* (New Haven and London: Yale University Press).

Webb, Paul (2004), “Party Responses to the Changing Electoral Market in Britain,” *Political Parties and Electoral Change*, eds. Peter Mair, Wolfgang C. Müller, and Fritz Plasser (London: Sage), pp. 20–48.

Weber, Max (1985), *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie* (Tübingen: J.C.B. Mohr, 5th edition).

——— (1988), “Objektive Möglichkeit und adäquate Verursachung in der historischen Kausalbetrachtung,” *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, ed. Johannes Winckelmann (Tübingen: J.C.B. Mohr, 8th edition), orig. 1906, pp. 266–90.

Zakaria, Fareed (2003), *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad* (New York: W.W. Norton).

**Tabela 1**  
Referentes e Fontes de Contingência

Referentes y: O que poderia ser diferente?	Justificativas de contingência: Por que poderia y ser diferente?	Justificativas de não-contingência: Por que deveríamos compreender y como invariante?
Compromissos normativos	Concepções pós-transcendentais e pós-tradicionais de normas sociais: Fundamentações normativas, princípios normativos e aplicação da norma estão sujeitos a contestação e mudança.	Declaração de direitos e princípios básicos como invioláveis. Ortodoxia religiosa: leituras literais de textos sagrados, a deslegitimação da dissensão.
Compromissos conceituais	Os atributos periféricos dos conceitos: as reivindicações que podemos, ou não, aceitar ao utilizarmos um conceito.	Os atributos necessários dos conceitos: as reivindicações que não podemos rejeitar como falantes competentes e responsáveis ao empregarmos o conceito.
Compromissos práticos	A formulação de reivindicações contratuais dependentes da ocorrência incerta de eventos futuros certos.	A aceitação contratual de reivindicações absolutas, independentes de condições futuras.
Fatos objetivos	Justificativas descritivas de fatos não-necessários: Nem todos os cisnes são brancos. Justificativas causais de fatos não-necessários: A variável y depende da variável x.	Invariância factual indicada por padrões universais ou causas constantes: Todos os humanos são mortais (por enquanto).
Fatos subjetivos	A assunção da endogeneidade: percepções e preferências individuais são instáveis e derivativas.	A assunção da exogeneidade: desejos e crenças individuais são fixos e dados.
Relações causais	Efeitos condicionais: efeitos causais dependem de contextos temporais, espaciais ou sociais.	Efeitos universais: efeitos causais acontecem através dos contextos.
Atores individuais	A assunção da heterogeneidade: todos os atores são iguais, mas alguns são mais iguais.	A assunção da homogeneidade: todos os atores são iguais.
Ação individual	Tomada de decisão racional e não-racional: racionalidade incompleta e indeterminada; racionalidades conflitantes; motivos não-racionais: acaso, paixão, rotinas e ideologias.	Tomada de decisão racional: racionalidade completa e determinada.
Eventos catastróficos	Eventos improváveis cujas conseqüências são negativas e cujas causas são externas.	Internalização de ambientes: tudo está sob controle. Neutralização: catástrofes acarretam efeitos terapêuticos.